

ULISBOA

Revista da Universidade de Lisboa | 30 | Outubro 2024

CASTELINHO
CIÊNCIA POLÍTICA
RESIDÊNCIAS ULISBOA

MÚSICA

NA UNIVERSIDADE DE LISBOA

24/25

TEMPORADA DE MÚSICA

outubro a julho

ULISBOA.PT



U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA



ulisboa.pt/musicana-universidade

O DESTAQUE DESTES
NÚMERO VAI PARA
AS RESIDÊNCIAS
UNIVERSITÁRIAS E O
ALOJAMENTO DOS
ALUNOS DA ULISBOA,
UM DESAFIO QUE
TEM VINDO A OCUPAR
UM LUGAR CADA VEZ
MAIS CENTRAL NAS
PREOCUPAÇÕES DA
UNIVERSIDADE E DE
TODA A COMUNIDADE
UNIVERSITÁRIA.

EDITORIAL

Em março de 2026, a Universidade de Lisboa terá mais 1533 camas para os seus estudantes. Apresentamos alguns dados acerca dos vários trabalhos em andamento, bem como uma caracterização geográfica dos estudantes deslocados. Descrevemos o dia a dia de um residente universitário da ULisboa, e Pedro Simão, Administrador dos Serviços de Ação Social, explica os desafios que se colocam a quem dirige a gestão das residências universitárias.

Uma menção especial vai também para a entrevista com Marina Costa Lobo, diretora do Instituto de Ciências Sociais, bem como para um edifício emblemático da ULisboa, o Castelinho, da Faculdade de Farmácia. Como habitualmente, contamos algo dos percursos, muito diferentes, de antigos alunos da ULisboa: Margarida Gil, cineasta, antiga aluna da Faculdade de Letras, e João Ferreira, vereador na Câmara Municipal de Lisboa, antigo aluno da Faculdade de Ciências; e depois, as «Quatro Coisas», por João Roquette, presidente do Estádio Universitário de Lisboa, e o «Quem lê por último», com uma sugestão de José da Silva Horta, da Faculdade de Letras.

ÍNDICE

1 - 2

**Editorial
Índice**

3

Notícias

6 - 7

Sobre

**Os desafios relacionados
com a gestão das residências
universitárias da ULisboa**

PEDRO SIMÃO

4 Coisas

João Roquette

8

Um quarto só para eles

O dia a dia de um residente
universitário da ULisboa

12

Um quarto na cidade

Residências da ULisboa
em construção

16

Marina Costa Lobo



20

Castelinho



24 - 31

E assim sucessivamente

João Ferreira

Margarida Gil



32

Quem lê por último

José da Silva Horta lê

*Atlas do Comércio
Transatlântico de Escravos*



Edição e propriedade | Universidade
de Lisboa · Departamento de Arquivo,
Documentação e Publicações

Diretor | Henrique Leitão

Direção executiva e produção | Ana Silva Rigueiro

Redação e comunicação | Ana Cláudia Santos
Ana Luísa Valdeira · Gonçalo Gomes
Helena Carneiro

Fotografias | Ana Luísa Valdeira
Duarte Pinheiro · José Bértolo

Capa e contracapa | Pormenor do edifício 1
da Residência António Cruz Serra
© Ana Luísa Valdeira

Design gráfico | Susana Villar

Impressão | Lidergraf – Sustainable Printing

Tiragem | 10 000 exemplares

Periodicidade | março, maio, outubro e dezembro

Assinaturas e distribuição
imprensa@reitoria.ulisboa.pt

Depósito legal | 418564/16

ISSN | 2183-8844

Contactos gerais
Imprensa da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade · Cidade Universitária
1649-004 Lisboa · Portugal
Tel.: +351 217 904 750 - Ext. 19 750
E-mail: imprensa@reitoria.ulisboa.pt

Distribuição Gratuita

IUI
**IMPRESA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA**



© Ana Luísa Valdeira

Arte no Feminino 10 Anos, 10 Artistas

A exposição *Arte no Feminino – 10 Anos, 10 Artistas* integra o programa de comemorações dos 10 anos da ULisboa. Inaugurou a 8 de março, no Dia Internacional da Mulher, no átrio da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Reuniu obras de **Ana Bonifácio, Ana Lima-Netto, Ana Margarida Matos, Ângela Ferreira, Isabel Sabino, Mariana Castro, Marta Soares, Paula Rego, Vanessa Barragão e Virginia Fróis**. As artistas, selecionadas por José Manuel Simões, comissário para as Comemorações dos (723+) 10 Anos da ULisboa e curador da exposição, foram escolhidas de acordo com os seguintes critérios: terem tido, em algum momento da sua vida, ligação com a ULisboa ou universidades precedentes, se possível com alguma diversidade de unidades orgânicas,

para assim fazer jus à ideia da fusão; cobrirem diferentes manifestações das artes plásticas; garantir uma coexistência de artistas mais experientes e consagradas com artistas mais jovens e emergentes.

As obras foram dispostas em toda a extensão do átrio da Reitoria, em alguns casos com mais de uma contribuição por artista, estando expostos pinturas, desenhos, fotografias, esculturas, instalações ou peças de cerâmica.

No seguimento da exposição foi lançado um catálogo e realizada uma mesa redonda intitulada «Arte no Feminino», moderada por Sandra Vieira Jürgens, curadora da Coleção de Arte Contemporânea do Estado (CACE) e com a participação dos investigadores Vítor Serrão e Filipa Lowndes Vicente.



Imagem: © ISA

Projeto agrivoltaico na vinha ISA

A vinha do Instituto Superior de Agronomia será palco do primeiro projeto piloto de Agrivoltaicos em Portugal e um dos primeiros em vinha na Europa. Esta é uma prática inovadora que consiste na combinação da produção agrícola com a produção de energia fotovoltaica. O conceito procura dar prioridade à produção agrícola, usufruindo da radiação solar em excesso para produção energética, sempre que possível.

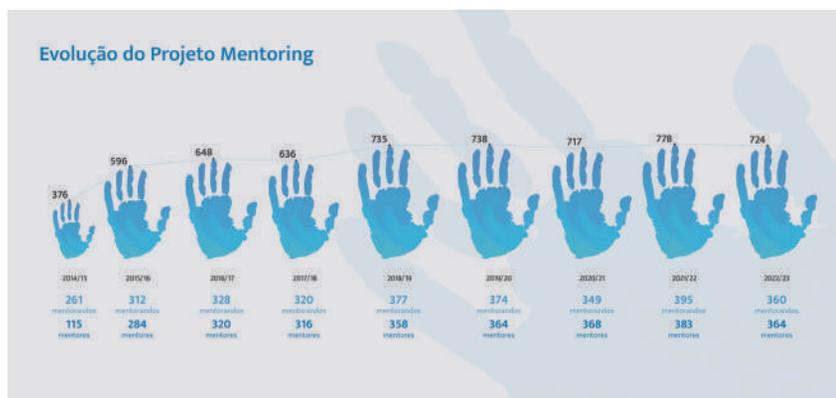
Com esta tecnologia pretende-se, além da produção de energia fotovoltaica, mitigar os efeitos das alterações climáticas, protegendo as plantas em momentos de temperaturas extremas e diminuindo a evapotranspiração, potencialmente reduzindo assim o consumo de água para a rega.



© ULisboa

ULisboa e Teatro Aberto Parceria

No Dia Mundial do Teatro, a 27 de Março, a ULisboa e o Teatro Aberto anunciaram uma parceria que oferece à comunidade académica (estudantes, funcionários, professores e investigadores) preços reduzidos na aquisição de bilhetes nas produções regulares do Teatro Aberto. Para tal, basta apresentar o cartão válido da ULisboa na bilheteira local do Teatro. O Teatro Aberto e a Universidade de Lisboa consideram a fruição da cultura e das artes um exercício de cidadania, sendo neste contexto que surge esta parceria. A comunidade ULisboa passa a usufruir de um desconto de 56% na aquisição de bilhetes para os espetáculos em cena (sob o preço inteiro, não acumulável com outros descontos, e com o patamar mínimo de 7,5 €).



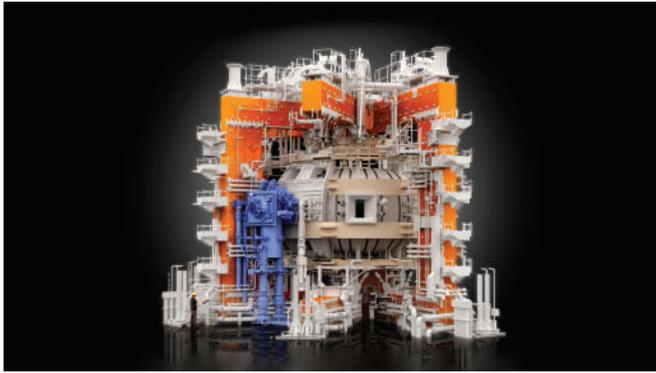
© Projeto Mentoring

Projeto Mentoring

«Uma década a fazer a diferença na vida dos estudantes»

O Projeto Mentoring iniciou-se numa parceria entre o departamento de Pedagogia e Educação Médica da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da ULisboa e a Faculdade de Medicina (FMUL), estando desde 2022/2023 totalmente integrado no Gabinete de Apoio ao Estudante.

Este projeto tem como propósito a integração dos novos estudantes da FMUL no ambiente académico e social, mediante um acompanhamento psicopedagógico, minorando possíveis dificuldades de adaptação decorrentes da transição do ensino secundário para o ensino superior, pretendendo aproximar os novos estudantes – Mentorandos – dos estudantes de anos curriculares mais avançados – Mentores –, baseando-se numa estrutura de mentoria por pares. A evolução do Projeto Mentoring tem sido notória nestes últimos 10 anos, sendo globalmente reconhecida e acarinhada pelos estudantes da FMUL.



Projeto na área da fusão nuclear bate recordes de produção de energia

O Instituto Superior Técnico é o representante em Portugal do reator *Joint European Torus*

«Um resultado destes não se obtém em apenas um dia.» São palavras de Bruno Gonçalves, professor do Instituto Superior Técnico e presidente do Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear (IPFN), em relação aos dados obtidos com o *Joint European Torus* (JET) divulgados a 8 de fevereiro. Vários investigadores do IPFN estiveram envolvidos na iniciativa que agora termina ao fim de 40 anos com o desmantelamento do JET. Múltiplos métodos de diagnóstico utilizados «tiveram uma forte contribuição portuguesa», explica Bruno Gonçalves. Elementos como diagnósticos de micro-ondas, sistemas de aquisição de dados dos detetores de raios gama e neutrões, e o sistema de controlo vertical do JET. Resultados como estes são fruto de anos de contribuição de várias gerações de investigadores, com o IPFN a fazer parte do consórcio EUROfusion há mais de 30 anos. Segundo o presidente do IPFN, em certos períodos, Portugal chegou a ser o sexto país deste consórcio mais representado em campanhas do JET. Já em outubro do ano passado, o consórcio EUROfusion anunciara as primeiras observações do aquecimento alfa no JET, um processo que permite, a uma reação de fusão, manter o seu combustível a altas temperaturas.



Pequena floresta no ISEG

O Instituto Superior de Economia e Gestão disponibilizou parte do seu *campus* para uma pequena floresta. A iniciativa teve lugar junto à Biblioteca Francisco Pereira de Moura, no dia 2 de fevereiro, e contou com a participação da comunidade. Estas florestas são densas plantações em espaços pequenos que, através da competição pela luz solar, fomentam o rápido crescimento das árvores. O conceito foi criado pelo botânico japonês Akira Miyawaki na década de 1970 e tem sido incorporado em diversos espaços urbanos devido às suas vantagens, como o aumento da biodiversidade, a diminuição da poluição do ar e a regulação da temperatura.



Minifloresta da Faculdade de Ciências

Um caso de sucesso

A FCULresta, que integra o Laboratório Vivo para a Sustentabilidade da Faculdade de Ciências da ULisboa, com origem no projeto europeu «1Planet4All – Empowering Youth, living EU values, tackling climate change», foi selecionada e destacada como um dos projetos com maior impacto do programa «DEAR: Development Education and Awareness Raising», financiando pela União Europeia.

David Avelar, biólogo e permacultor, coordenador da FCULresta, refere que a minifloresta da Faculdade de Ciências foi selecionada entre os projetos financiados pela *call* de 2018 segundo critérios de impacto, o que permitiu a sua inclusão na categoria das instituições que trabalham de forma sustentável, dando foco às novas florestas na cidade.

OS DESAFIOS RELACIONADOS COM A GESTÃO DAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DA ULISBOA

Pedro Simão *



Encontrando-se a Universidade de Lisboa sediada numa zona onde o valor por metro quadrado para arrendamento de espaço, comercial ou particular, tem vindo a aumentar, assumindo já contornos especulativos, os senhorios dos edifícios tradicionalmente usados para alojar estudantes da ULisboa começaram a solicitar a rescisão dos contratos de arrendamento existentes e a devolução desses espaços.

Esta tendência tem-se mantido estável e tem obrigado à entrega de vários espaços residenciais que os Serviços de Ação Social da ULisboa (SASULisboa) tinham arrendados para dar resposta às necessidades de alojamento dos seus bolsheiros deslocados e outros, que procuravam alojamento junto destes serviços como condição básica e necessária à prossecução dos seus estudos.

Em resposta, não só a esta situação como à necessidade de oferecer mais camas para alojar estudantes deslocados, a ULisboa delineou uma estratégia de expansão e aumento da sua oferta nesta área, procurando construir edifícios novos e especialmente adaptados a este fim, que não somente compensassem a redução de camas como, inclusive, aumentassem a oferta. Estes novos edifícios, de que são exemplo a Residência António Cruz Serra ou a Residência do *Campus* da Ajuda, possuem infraestruturas técnicas modernas e mais adequadas às suas funções do que os antigos edifícios de habitação adaptados.

Sendo planeados para o fim a que se destinam (alojamento de estudantes durante um ano letivo), encontram-se equipados com espaços comuns e privativos que procuram dar conforto de utilização, mas sem que tal se possa confundir com o regime tradicional de hotelaria. Existe, desta forma, a procura de dotar os quartos com casas de banho privadas, zonas de estudo com conforto térmico e acústico, disponibilização de infraestrutura de rede informática e acesso gratuito à internet, serviços de vigilância e segurança, videovigilância, zonas de preparação de alimentos, etc.

Resulta claro que, desta alteração de paradigma (passar de prédios de habitação para estruturas pensadas e dedicadas ao fim em vista), as necessidades de gestão técnica e administrativa também se alteraram. Passamos de uma situação em que a exceção eram residências com cerca de 100 camas, para a normalidade das residências com mais de 300 camas.

As exigências de manutenção dos espaços alteraram-se radicalmente, dado o seu aumento de escala e a necessidade de redundâncias; a própria contratação de serviços de apoio e manutenção altera-se com a necessidade de contratar técnicos especialistas em equipamentos industriais e sistemas automatizados.

Surge, assim, o grande desafio de contratar mão de obra especializada e capaz de gerir e manter estes espaços, em que o foco deixa de ser a ação reativa (por falta de sistemas de sinalização e aviso), para passar a ser proativa, procurando antecipar eventuais falhas e mitigar consequências mais graves.

Por fim, e como nota última, terá também de ser equacionado o enorme desafio da gestão administrativa e da relação com os utentes destas residências com maior capacidade. Com efeito, se, até ao momento, o paradigma das pequenas unidades permitia uma gestão mais próxima e mais personalizada, à medida que a sua dimensão cresce a proximidade vai-se diluindo, até por se proporcionar mais facilmente algum isolamento com a existência de quartos mais autónomos com casa de banho e duche particular (por exemplo). Torna-se, assim, necessário criar mecanismos de identificação de situações de sofrimento psicológico e práticas de atuação.

Como se pode verificar, os desafios são grandes: maior dimensão das unidades de alojamento, possibilidade de maior isolamento, maior complexidade técnica e administrativa. Mas os resultados são valiosíssimos: disponibilização de mais (e melhor) alojamento, aumento de condições para o sucesso escolar, redução do abandono escolar. ♦

* Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa

JOÃO ROQUETTE *



A Faculdade de Motricidade Humana (FMH)

Foi nesta Escola da Universidade de Lisboa que me formei como aluno do curso de 1980-1985, e onde iniciei a minha carreira académica. Concluí o mestrado em Ciências do Desporto, a 1 de abril de 1992, na área do treino desportivo no judo, modalidade em que fui atleta, treinador, dirigente e docente da FMH.



Os Jogos Olímpicos (Atlanta 96)

Entre 1 de setembro de 1994 e 1 de setembro de 1997, fui requisitado pelo ex-Instituto do Desporto para o cargo de diretor técnico da Federação Portuguesa de Judo. Tive a oportunidade de liderar o processo de preparação da seleção portuguesa de judo para os Jogos Olímpicos de Atlanta 96, através da constituição de uma equipa técnica multidisciplinar, no contexto do primeiro projeto de preparação olímpica organizado e financiado pelo Comité Olímpico de Portugal. Esta experiência nos Jogos Olímpicos permitiu-me conhecer melhor os constrangimentos do percurso e sucesso dos atletas olímpicos, incluindo a importância do próprio contexto que caracteriza a sua participação nesta relevante competição internacional, considerada a maior aspiração de qualquer atleta de alta competição.



O Estádio Universitário de Lisboa (EULisboa)

Em 1997 fui requisitado pelo ministério da Educação para a coordenação dos serviços técnico-desportivos do Estádio Universitário de Lisboa, a convite do então diretor, Pedro Mil-Homens. A partir de 2000 fui nomeado para o cargo de presidente do EULisboa, funções que mantenho até hoje. Esta experiência na gestão do maior e melhor complexo desportivo da cidade de Lisboa permitiu-me uma vivência fantástica na gestão e manutenção de instalações desportivas, com particular realce para a gestão da qualidade em serviços desportivos.



A Universidade de Lisboa (ULisboa)

Com a integração na ULisboa, a partir de 2013, o EULisboa assumiu a figura orgânica de unidade especializada, integrada nos Serviços Centrais da Reitoria da ULisboa, tendo por missão a promoção dos serviços de desporto, saúde e bem-estar. Hoje, as instalações desportivas da ULisboa, localizadas nos *campi* da Cidade Universitária e da Ajuda, representam uma mais-valia para o desenvolvimento do desporto universitário, com uma grande abertura à cidade e ao mundo.

* Presidente do Estádio Universitário de Lisboa

Ana Margarida Barreira
Ângelo Wang
Aureana Silva





Um quarto só para eles

O dia a dia de um residente universitário da ULisboa

A residência universitária António Cruz Serra, inaugurada no final de 2023 na Cidade Universitária, foi de imediato ocupada. Falámos com três residentes acerca das suas rotinas e de como se sentem neste espaço que é a sua casa longe de casa.

Fotografia © Ana Luísa Valdeira

Angelo Wang tem 21 anos e frequenta o 3.º ano da licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas na Faculdade de Letras. Vem de Aveiro e este é o seu primeiro ano numa residência universitária. Nos anos letivos anteriores, esteve em quartos particulares, o último dos quais partilhado, apesar do seu diminuto tamanho, além de insalubre. Esta situação tornou ainda mais urgente a candidatura a uma vaga numa residência universitária.

Diz-nos que «chegar a Lisboa vindo de Aveiro foi um choque», principalmente pela diferença de dimensão entre as duas cidades. Aveiro é uma cidade com cerca de 80 mil pessoas, que se consegue percorrer a pé de uma ponta à outra; em Lisboa, estranhou o movimento ininterrupto. Acredita que estar sozinho pela primeira vez também influenciou o que sentiu. Trouvou

logo conhecimentos, especialmente com estudantes Erasmus, um dos quais se tornou o seu melhor amigo. Com eles criou muitas memórias, dos almoços diários, das conversas e dos risos: «Estes amigos marcaram muito a minha entrada no ensino superior.» Ainda se mantém em contacto.

As aulas preenchem grande parte dos seus dias e duas vezes por semana tem ensaio da Inoportuna – Tuna Académica da Faculdade de Letras, de que faz parte desde dezembro de 2021. Aí canta e toca o bombo, e pertence à direção na qualidade de secretário. Costuma chegar à residência entre as 19h e as 21h. Mesmo quando tem as tardes livres, não gosta de as passar em casa: «Para quê estar em casa quando podemos estar lá fora?» Mas estar fora de casa não significa estar sempre a conviver; apesar do apreço pela sociabilidade, admite que gosta de estar sozinho.

Diz que tudo tem o seu peso e medida. A Aveiro regressa uma vez por mês e durante os períodos de férias, para matar saudades da família. Costuma viajar de comboio com um colega, o que torna a viagem menos aborrecida.

Dos três estudantes com quem falamos, Aureana Silva é a que vem de mais longe, e é também a mais nova. Tem 18 anos e frequenta o 1.º ano de Medicina Dentária. É natural de Cabo Verde e é a primeira vez que está em Portugal, onde chegou em agosto de 2023. Começou por viver com a irmã, em Peniche; quando as aulas começaram, veio para Lisboa e ficou num quarto particular até à abertura da residência, em novembro.

Trata-se de uma época de adaptação ao país, à língua, ao ritmo do ensino superior e a uma vida adulta: «Lisboa é uma cidade grande. É uma realidade totalmente diferente da que eu conhecia em Cabo Verde. Estou a aprender a ser uma adulta. No dia a dia, lido com a saudade da família, mas falo com os meus pais todos os dias, eles apoiam-me.» Habitualmente está na faculdade das 8h às 17h. Vem almoçar à residência, dada a proximidade. Está no processo de conhecer pessoas, não tendo ainda adquirido hábitos de convivência. O tempo livre que tem passa-o sozinha ou a visitar uma tia que mora também em Lisboa. Passa muito tempo a estudar. O curso não é fácil, e diz-nos que nenhum seria, pois sente que tem de se esforçar mais para seguir as aulas. Por vezes, os professores falam demasiadamente rápido, mas no final da aula mostram-se sempre disponíveis para apoiar e esclarecer. Além das aulas e do estudo, o quotidiano é feito de idas às compras, cozinhar e outras tarefas domésticas.

Ana Margarida Barreira tem 26 anos e é de Amarante. Frequenta o 2.º e 3.º anos do curso de Medicina, dado que está a fazer disciplinas adiantadas. É o primeiro ano numa residência porque foi a primeira vez que se candidatou; nos anos

«Os amigos Erasmus marcaram muito a minha entrada no ensino superior.»

Ângelo Wang

anteriores estive em quartos individuais alugados a particulares.

A sua primeira escolha foi a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, pela proximidade de casa, mas não conseguiu vaga. As saudades de casa são muitas: «A maior dificuldade de estar em Lisboa é estar longe da família», diz-nos sem hesitação, apesar da exigência inerente ao curso que escolheu. Também trabalha numa empresa de eventos, um trabalho prático e intelectualmente pouco exigente, que age como um bom contrabalanço ao curso. É um trabalho flexível que se adapta à sua disponibilidade, o que lhe permite dedicar-se a cem por cento ao estudo durante a época de exames.

As viagens para Amarante são longas, quatro horas e meia de autocarro, mas fá-las amiúde, mais de uma vez por mês. Prefere ir para lá estudar do que ficar cá. Consoante o horário das aulas, chega a Lisboa no domingo ou na segunda-feira, indo diretamente para o Hospital de Santa Maria: «Torna-se cansativo ir na sexta e voltar no domingo ou na segunda, mas prefiro, porque aqui em Lisboa sinto-me mais isolada.» Passa a maior parte do tempo na faculdade. Este semestre, há dois dias em que fica lá das 8h00 às 18h00, no mínimo, e tem dois dias com tarde livre. Tal como Aureana, faz as suas refeições principais na cozinha comunitária da residência, dada a proximidade com a Faculdade. À noite trata da roupa, estuda ou descansa. É uma pessoa reservada que prefere ficar no quarto a descansar em vez de conviver nos espaços comuns da residência.

Os três estudantes estão em quartos individuais, com casa de banho privativa. A residência oferece também quartos duplos, quartos para estudantes de mobilidade reduzida e apartamentos T1. Há duas cozinhas comunitárias por piso, cada uma com placas de indução e micro-ondas, frigoríficos e arcas congeladoras, mesas e cadeiras, lava-louças. Na porta de cada frigorífico há um esquema que identifica o espaço pertencente a cada residente.

Nos serviços fornecidos pela residência, incluem-se a limpeza semanal dos quartos, assegurada por funcionários, e a disponibilização da roupa de cama. Os três estudantes são perentórios quando afirmam que gostariam que houvesse um supermercado mais perto da residência. Observam ainda que a insonorização dos quartos deixa um pouco a desejar, e que o aeroporto devia estar mais longe do *campus*. Estão também de acordo quanto ao espaço que preferem na residência: o quarto. Ana Margarida sente-se privilegiada por ter um quarto com casa de banho individual, já que são raras as residências com essas condições.

Quando lhes perguntamos se se sentem em casa na residência, Ângelo afirma que Lisboa está já tão presente na sua vida, que pode chamar casa à residência. Já Ana Margarida não considera justo dizer que a residência é a sua casa, tratando-se de lugares completamente distintos.

Futuramente, Ângelo gostaria de fazer um mestrado em Linguística: «Gosto muito da área, especialmente de Sintaxe. Surgiu-me a ideia de fazer uma tese em Sintaxe Comparada, se conseguir entrar no mestrado.» Aureana deseja acabar com sucesso o seu mestrado integrado e Ana Margarida ainda não sabe se ficará ou não em Portugal, mas, caso fique, gostaria de fazer o seu internato no Norte, o mais perto possível de casa, como nos confessa: «Tenho o coração lá em cima.» ♦

Um quarto na cidade

Residências da ULisboa em construção

Em março de 2026, a Universidade de Lisboa terá mais 1533 camas para oferecer aos seus estudantes, num investimento total de cerca de 66 milhões de euros. Passámos em revista o decorrer dos trabalhos, damos a conhecer melhor os recursos materiais e humanos a que um novo residente pode ter acesso, e apresentamos uma caracterização geográfica dos estudantes deslocados.



Projeto da praça © Saraiva + Associados



Edifício 1 © ULisboa

Residência António Cruz Serra

O Edifício 1 foi concebido de acordo com as *Unité d'Habitation* de Le Corbusier. As Unidades de Habitação funcionam quase autonomamente, com as suas partes funcionais claramente organizadas e definidas, interligando-se como um único organismo, tal como uma máquina de habitação. Contudo, ao contrário das «Unidades» de Le Corbusier, esta *Unité*, destinada à Residência António Cruz Serra, funcionará como o elemento de ligação e fronteira entre a paisagem existente no Polo da Cidade Universitária e a nova praça. O Edifício 1 foi pensado e desenhado como um objeto arquitetónico em absoluta consonância e diálogo com os elementos paisagísticos e urbanos que o rodeiam e que são contaminados pela sua presença.



Vista aérea do projeto conjunto © Saraiva + Associados

Edifício 1

Total de camas: 335
Em funcionamento desde outubro de 2023.
Despesas de construção/empreitada: € 14 milhões
Espaços exteriores por concluir.

Edifício 2

Camas: 201

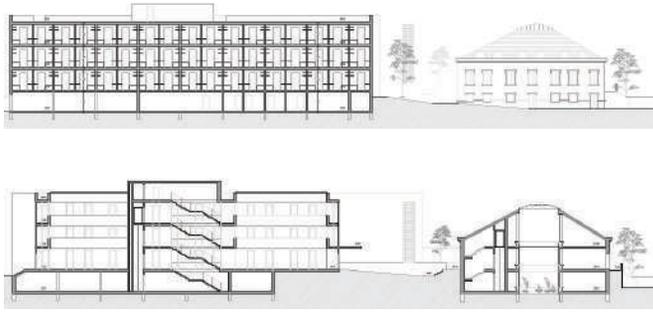
Edifício 3

Camas: 365

Investimento total: € 40 milhões

Previsão de conclusão da obra: março de 2026

Os três edifícios foram financiados em 75 % pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O estacionamento será concessionado e está prevista a abertura de espaços comerciais nas arcadas.



Residência do Campo Grande

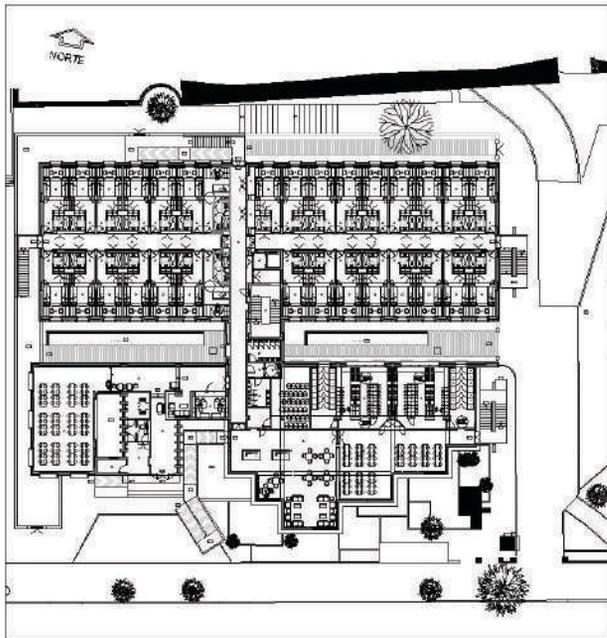
Camas: 125
€ 7 milhões

Antiga moradia com logradouro que pertencia à Faculdade de Letras, usado na altura para aulas e formações.

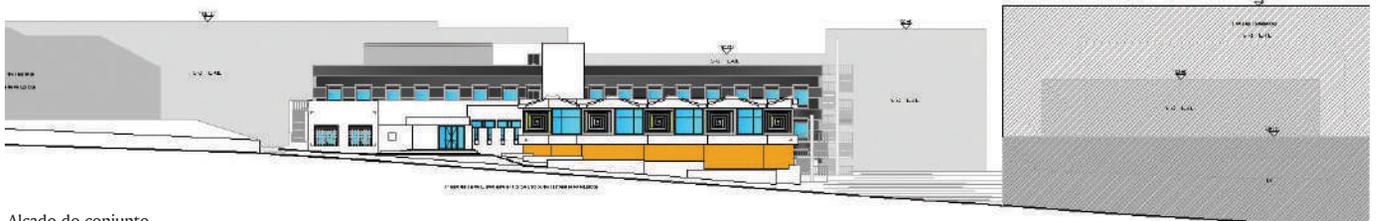
A residência está em fase do projeto de execução.

A moradia e o anexo serão usados para espaços comuns, áreas técnicas e arrumos. Os quartos serão no edifício novo com três pisos a ser construído no logradouro da moradia.

Previsão de conclusão da obra: março de 2026



Planta do piso 0



Alçado do conjunto



© ULabo

Residência da Ajuda

1.ª fase: 184 camas
€ 5 milhões
Em funcionamento desde julho de 2019

2.ª fase: 123 camas
€ 5 milhões
Em funcionamento desde setembro de 2024

Trata-se de um edifício único com circulação interna e pátio interior, apenas acessível aos estudantes. É a residência projetada com maior rentabilidade de área. Apresenta uma maioria de quartos individuais.

Residência das Forças Armadas

Camas: cerca de 200
€ 8,9 milhões com financiamento parcial do PRR
Previsão de conclusão da obra: março de 2026

Edifício da antiga Cantina II. A sala grande será mantida para espaços comuns.

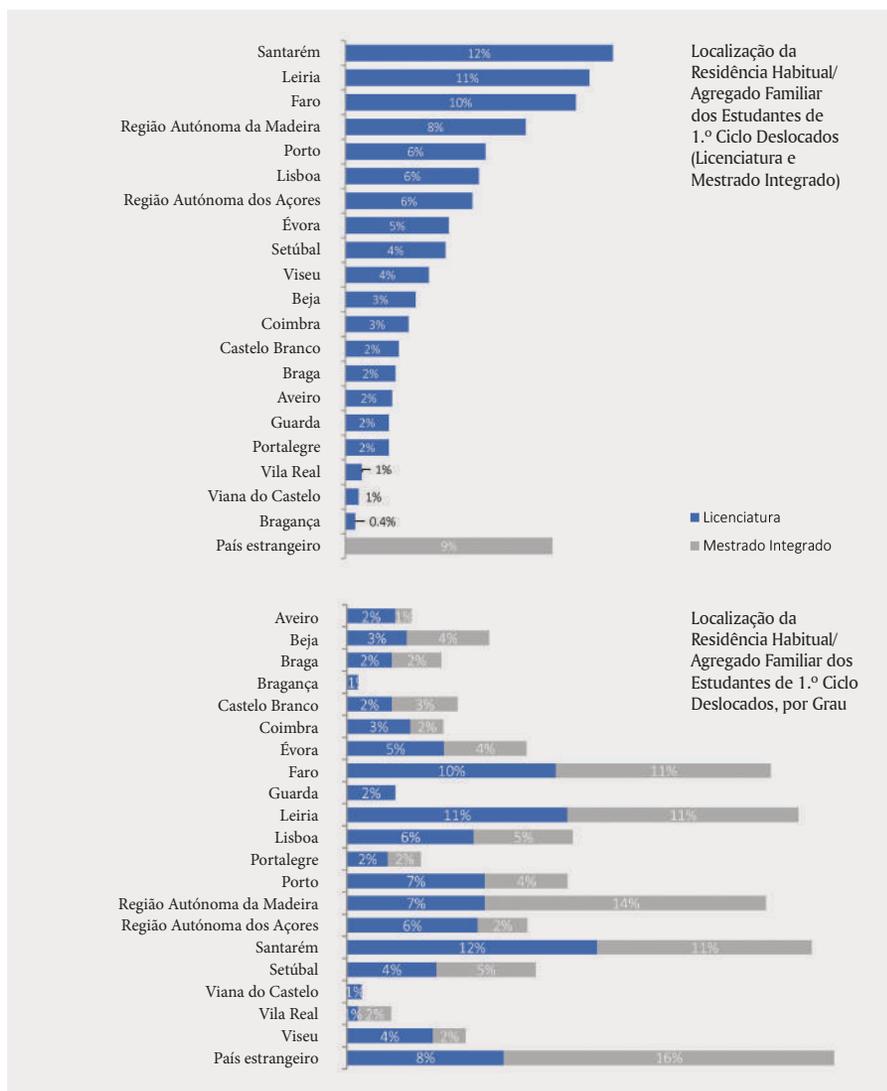
Apresenta uma maioria de quartos duplos para maximizar o aproveitamento da área.

Alojamento na ULisboa

A cessação dos contratos de arrendamento por parte dos proprietários tem originado o encerramento de várias residências da Universidade de Lisboa. No final do ano passado, dezenas de estudantes foram realojados no mais recente edifício da Residência António Cruz Serra, na Cidade Universitária, estando previstos mais encerramentos no decorrer dos próximos anos. Eram residências geridas há décadas pelos Serviços de Ação Social (SAS), algumas anteriores ao 25 de Abril. Em 2023, encerrou a Residência Ribeiro Santos, na Avenida dos Estados Unidos da América; em 2024, prevê-se o encerramento da Residência Egas Moniz, localizada no Saldanha. São edifícios que viram gerações de estudantes de todo o país, das ilhas e, claro, de todo o mundo.

A ULisboa é composta por um número considerável de estudantes deslocados que se confrontam com uma crise de acesso à habitação sem precedentes. De acordo com os dados divulgados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), o número de estudantes que abandonou o ensino superior ao fim do primeiro ano tem vindo a aumentar desde 2019, sendo que, entre 2021 e 2023 a subida foi mais acentuada. Segundo os dados, cerca de 27 % dos estudantes do primeiro ano abandonam o ensino superior. Este período coincidiu com a fase mais grave da pandemia, com a subida acentuada da inflação e com a crise de acesso à habitação.

O papel dos Serviços de Ação Social torna-se, assim, ainda mais importante neste contexto. Zélia Abegão, técnica responsável pelo alojamento dos SAS, diz-nos que, além das residências, os estudantes da Universidade de Lisboa podem usufruir de camas nas Pousadas da Juventude. Para os SAS da ULisboa existem 85 camas espalhadas pelas pousadas do centro de Lisboa, Parque das Nações e Oeiras. Há ainda o programa «Alojamento Estudantil Jovem», que garante a possibilidade de acordos com entidades privadas, contratualizando camas que ficam a cargo dos SAS.



Crítérios de Admissão ao Alojamento dos SAS

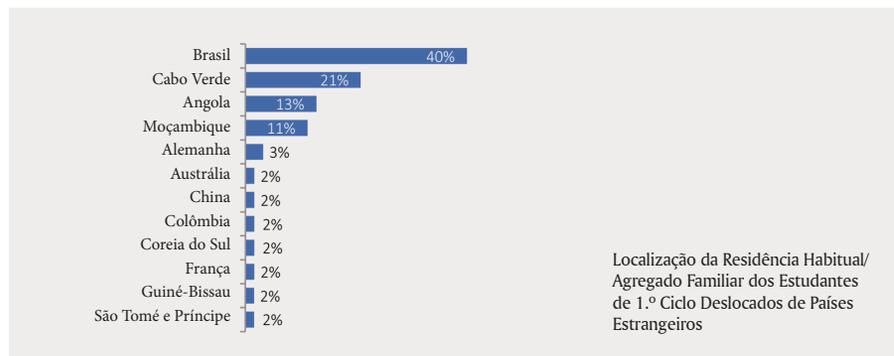
- Ser estudante da Universidade de Lisboa;
- Ser estudante bolseiro;
- Esgotadas as candidaturas dos estudantes bolsieiros, são alojados os estudantes não bolsieiros;
- Há reserva de camas para protocolos específicos (estudantes Erasmus, CPLP, etc.);
- Candidaturas abertas até 31 de maio.

O valor pago pelo alojamento é de 17,5 % do IAS (Indexante de Apoios Sociais), o que equivale a 89,12 €. As vagas para doutorandos, investigadores e docentes são alocadas a residências específicas, uma vez que podem corresponder a períodos curtos.

As residências António Cruz Serra, Campus da Ajuda e Duarte Pacheco dis-

põem de um técnico superior em permanência, permitindo uma maior proximidade com os estudantes. Aos residentes, são-lhes fornecidos lençóis e respetiva lavagem semanal, tal como a limpeza de cada um dos quartos; as áreas comuns são limpas diariamente. Todas as residências dispõem de lavandaria bem como dos eletrodomésticos e mobiliário necessários para cozinhar e armazenar comida.

A encarregada ou encarregado da residência desempenha um papel fundamental de ligação aos serviços e auscultação de problemas técnicos e sociais detetados diretamente por si ou pelos residentes, ao mesmo tempo que coordena as equipas de limpeza e de manutenção do edifício. A proximidade com os estudantes, do



acolhimento à perceção dos problemas, permite que os SAS atuem e ativem mecanismos de auxílio para diversas situações.

A chegada à Universidade pode ser confusa e cansativa face a todos os processos e inscrições a fazer em tão pouco tempo, sobretudo para os estudantes deslocados que se deparam com uma nova realidade. As candidaturas podem ser submetidas *online*, na página dos SAS, ou presencialmente, com o apoio dos técnicos, diretamente nos Serviços de Ação Social, sediados no edifício da Cantina Velha.

O estudo realizado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento da Reitoria da ULisboa, respeitante aos estudantes que ingressaram no ano letivo de 2023/24 no 1º ano, e pela primeira vez, em cursos de 1º ciclo – licenciatura e mestrado integrado –, refere que, dos 1575 estudantes inquiridos, 739 identificam-se como deslocados (47%). Entende-se como «estudante deslocado» aquele que deixa de habitar na residência familiar habitual para prosseguir estudos superiores, passando a residir num local mais próximo da instituição de ensino. Nos gráficos acima damos a conhecer a caracterização geográfica dos estudantes inquiridos.

Programa de mentoria

Em quatro residências de estudantes da ULisboa, uma das quais gerida pelos seus



Serviços de Ação Social (SAS), está em curso desde o início do ano letivo 2024/25 um programa de mentoria para acolhimento

e acompanhamento de novos residentes. É um projeto-piloto integrante do Programa de Promoção de Sucesso e Redução de Abandono no Ensino Superior, financiado pela Direção-Geral do Ensino Superior até ao final de 2024 e, a partir de janeiro de 2025, com orçamento do Plano de Recuperação e Resiliência durante dois anos.

Várias Escolas da ULisboa implementam programas de mentoria ao nível académico, mas um reconhecimento acerca da especificidade da população estudantil em residências universitárias e da pouca informação disponível acerca dos processos de integração de novos estudantes originou a criação de um programa semelhante exclusivo a este universo. Tratando-se de estudantes deslocados, na sua maioria fora de casa pela primeira vez de forma autónoma e afastados da sua habitual rede de apoio, o risco de insucesso e abandono escolar torna-se mais elevado.

Célia Figueira, do Gabinete de Apoio Psicopedagógico ao Estudante da Faculdade de Psicologia e do Instituto de Educação, é a coordenadora do grupo de trabalho responsável por este programa de mentoria nas residências. Os primeiros passos na criação do programa foram o levantamento de informação acerca dos processos de integração em cada residência, caso existissem, e a realização de um inquérito a todos os estudantes de todas as residências da ULisboa em que era perguntado se consideravam vantajosa a implementação de um programa de mentoria para a integração de novos residentes. A este questionário, *online* e anónimo, realizado em abril e maio de 2024, responderam 300 residentes, a maioria demonstrando interesse

no avanço do projeto-piloto de mentoria.

O grupo de trabalho é constituído pelos técnicos superiores responsáveis em cada uma das residências da ULisboa, pelos técnicos superiores dos SAS responsáveis pelo alojamento e pela comunicação, pela responsável da residência Egas Moniz, dada a sua experiência em atividades colaborativas; e pela técnica superior do IST pertencente ao Núcleo de Desenvolvimento Académico, pela experiência de contacto com estudantes das residências. A equipa procurou outros exemplos no país de mentoria em residências universitárias, estabelecendo contacto com a Universidade do Porto. Embora com um funcionamento diferente, foi possível a partilha de conhecimento com a pessoa responsável pelo programa e o contacto foi útil para se concluir que há adesão a esta iniciativa.

A intervenção inicial está a ter lugar em quatro residências, escolhidas pela sua dimensão, localização e caracterização:

António Cruz Serra (335 camas): 12 mentores e 9 mentorandos

Duarte Pacheco (225 camas): 8 mentores e 4 mentorandos

Polo da Ajuda (307 camas): 3 mentores e 8 mentorandos

Manuel da Maia (320 camas): 2 mentores e 7 mentorandos

A residência Manuel da Maia, propriedade da Câmara Municipal de Lisboa e disponibilizada a todas as instituições de ensino superior da cidade de Lisboa, está a ser gerida pelos Serviços de Ação Social da ULisboa.

Dado o número limitado de mentores disponíveis, os estudantes tiveram de se inscrever para se candidatarem a serem mentorandos. O objetivo futuro é aumentar o número de participantes de modo a oferecer o serviço de mentoria a todos os residentes de primeira vez. Este serviço consiste no suporte de pares, em que os mentores já estarão nas respetivas residências há dois ou três anos e terão uma relação individualizada com os mentorandos, que serão no máximo dois ou três por

mentor. As funções do mentor pautam-se por uma relação de apoio, não especializada, em que as ferramentas usadas são a comunicação, a escuta e a responsabilidade de procurarem informação objetiva sobre recursos de apoio médico e social, quando identificados como necessários. Estarão também disponíveis para a resolução de problemas práticos na cidade de Lisboa. Neste sentido, foi realizada uma ação de formação para os mentores focada na relação de ajuda, na identificação das necessidades do outro, nas capacidades de comunicação e de escuta.

Até ao momento, não tem sido promovida na ULisboa a cultura de conceber atividades dirigidas especificamente aos estudantes das residências universitárias. Pretende-se, assim, abrir um novo caminho para combater o possível isolamento dos estudantes recém-chegados às residências. O programa também prevê a organização de respostas coletivas mediante as situações reportadas pelos mentores em cada residência. Por exemplo, se for identificado um problema de gestão de tempo e de planeamento numa residência, fará sentido realizar-se uma formação específica acerca do tema, para benefício de todos.

Aplicável a todas as residências, este é um programa que se adequa melhor às residências maiores, em que há um grande número de residentes novos a entrar em simultâneo. Nas residências com uma capacidade menor, os membros das comissões de residentes acabam por desempenhar o papel dos mentores.

Haverá um balanço do primeiro ano do projeto em abril/maio de 2025, mas já foi identificada a necessidade de antecipar a constituição do grupo de mentores para que, logo na chegada à residência, os novos estudantes já tenham um mentor designado.

Comissão de residentes

Falámos com dois membros da comissão de residentes da Residência António Cruz Serra, Sofia Cabral e Diana Valença, também mentoras participantes do programa-piloto de mentoria. Sofia, 21 anos, está no



Sofia Cabral e Diana Valença

3.º ano do curso de Geografia no IGOT. Habitava na Residência Ribeiro Santos, que encerrou, e cujos residentes foram transferidos para esta nova casa. Mora no 3.º piso. É de São Miguel, Açores. Diana, 25 anos, é estudante do curso de Estudos Gerais na Faculdade de Letras e mora no 5.º piso. Veio da Residência Egas Moniz. É de Gondomar, Porto.

Uma comissão de residentes é um canal de comunicação direto entre os residentes e os técnicos; são estes últimos que depois transmitem as informações aos Serviços de Ação Social da ULisboa. A comissão trabalha para que a comunicação seja mais rápida e fluida, dado que, especialmente no que diz respeito à manutenção do edifício, com 335 residentes, as necessidades são frequentes e numerosas.

A primeira comissão de residentes da António Cruz Serra foi eleita no 2.º semestre do ano letivo 2023/24, depois de, na abertura inaugural em outubro, os técnicos terem formado uma comissão de residentes temporária. A comissão eleita é composta por 15 membros distribuídos pelos cinco pisos da residência, estando alocados três membros a cada piso (aquele onde residem). No sistema eleitoral adotado, há listas compostas por cada piso e os residentes só votam no piso correspondente.

Integrar uma comissão de residentes é uma função de grande responsabilidade, especialmente no caso de uma residência nova e com um elevado número de ocu-

pantes. Implica, por parte dos seus membros, a conciliação entre a vida académica, pessoal e da residência. Diana e Sofia consideram a residência a sua casa, empenhando-se em resolver os problemas de manutenção que surgem diariamente. São os membros da comissão em cada piso que compilam as listas de situações reportadas pelos residentes para informação dos técnicos e dos SAS.

Os seus membros são também fulcrais na informação acerca do modo de funcionamento da residência aos novos residentes, havendo por vezes condições específicas em cada piso: por exemplo, no 5.º piso desta residência, os 63 residentes dispõem apenas de uma única cozinha, o que implica uma gestão organizada do uso do espaço. Também fica a cargo da comissão de residentes a instituição, se necessário, de quotas para a compra de bens de utilização comum não disponibilizados pelos SAS, como chaleiras elétricas, torradeiras, tostadeiras, etc. No caso do 3.º piso, dado que os residentes da Residência Ribeiro Santos foram realocados nesta residência, trouxeram consigo os eletrodomésticos que já haviam adquirido e não foi necessário o estabelecimento de quotas.

Foi também a comissão de residentes a redigir o regulamento interno da residência, posteriormente aprovado pelos SAS. Um dos pontos deste documento é o modo de candidatura à transição de quartos duplos para quartos individuais. A hierarquia estabelecida pela comissão é baseada nos seguintes critérios:

- 1)trabalhadores-estudantes;
- 2)número de anos de matrícula no ensino superior;
- 3)aproveitamento escolar (um estudante no 3.º ano, matriculado há 3 anos, tem prioridade sobre um estudante no 3.º ano, mas matriculado há 4 anos).

As comissões de residentes são, ao longo de todo o ano, um pilar essencial do bom funcionamento das residências e são o porta-voz por excelência dos seus residentes. ♦



Marina Costa Lobo

Diretora do Instituto de Ciências Sociais, desenvolve trabalhos na área dos comportamentos políticos dos portugueses. Viveu em seis países antes de regressar a Portugal. No seu gabinete, falámos sobre a Europa e como é ver o nosso país de fora.

Fotografia © Ana Luísa Valdeira

«A larguíssima maioria dos portugueses, de esquerda e de direita, revê-se no 25 de Abril. Tornou-se um acontecimento nacional, não divide os portugueses.»

ULISBOA Começou por estudar economia e política na Universidade de Durham e ingressou no doutoramento em ciência política na Universidade de Oxford. Porquê política e porquê em Inglaterra?

MARINA COSTA LOBO Nasci em 1972 e cresci numa altura de intensa politização e polarização em Portugal. Cresci com a noção de que a política é fundamental para o destino de um país. Houve um período em que estive fora de Portugal, vivi com a minha mãe na Suíça e estudei numa escola em inglês. Em vez de voltar para Portugal, onde havia muito poucas licenciaturas em ciência política, fui estudar para o Reino Unido. Fiquei nove anos. Fui das primeiras bolseiras da FCT, na altura a JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica). Foi no final dos anos de 1990.

ULISBOA Há alguma experiência que guarde desse rodopio pela Europa?

MCL A minha perspetiva de Portugal começou por ser externa e isso ficou para sempre em mim. Quando penso no caso português, penso sempre em perspetiva comparada, na forma como contrasta com outros países. Nunca estive à procura da especificidade, mas sim do grau de europeização de Portugal.

ULISBOA Existe uma cultura europeia?

MCL Sim. Como disse Steiner, «a Europa é feita no espaço público», existe nos cafés, na vida social, nas interações e no interesse pela criação de narrativas em torno desse espaço. Essa marca europeia também existe em Portugal.

ULISBOA Disse em entrevista que, se tivesse vivido o 25 de Abril como adulta, gostaria de ter contribuído para a melhoria dos direitos das mulheres. O que melhorou e o que ainda falta fazer?

MCL Tenho acompanhado com muito gosto as reportagens do *Público* sobre mulheres que lutaram e se distinguiram, antes e durante o 25 de Abril. A Helena Cidade Moura, que trabalhou com a alfabetização durante o PREC [Processo Revolucionário em Curso], a Maria Antónia Palla no jornalismo, As Três Marias, que foram extraordinárias. Muita coisa foi alcançada nos últimos 50 anos. Portugal é um dos países europeus onde mais mulheres trabalham; o trabalho é fundamental para a igualdade. Na Europa do Sul, as mulheres portuguesas são das mais emancipadas, por se distinguirem desse ponto de vista. É certo que muitas mulheres trabalham porque é difícil sustentar uma família só com um salário, não o fazem por vocação. Formalmente e legalmente, as mulheres conseguiram alcançar igualdade, mas do ponto de vista dos costumes há muito por fazer. Continua a haver desigualdade nas tarefas domésticas entre casais; quando se tem filhos, isto agrava-se drasticamente. Do ponto de vista salarial também há grandes diferenças, assim como na forma como se pensa a competência das pessoas.

ULISBOA É um tema muito falado ultimamente.

MCL Tornou-se importante porque não havia nenhum partido que pusesse em causa a igualdade entre homens e mulheres ou quisesse legislar sobre o «estatuto de dona de casa», quando não deveríamos feminizar esse lugar. Em França constitucionalizaram o direito ao aborto e no Parlamento Europeu apresentaram uma recomendação nesse sentido. São sinais de que é preciso proteger os direitos das mulheres, para que não sejam discutidos e, por alguma maioria temporária, revertidos.

ULISBOA Esses direitos sempre foram questionados ou houve algo que tornou legítimo esse questionamento?

MCL Em Portugal, o tema ainda não está no centro do debate político, como em Espanha ou Itália. Em Espanha, parte do eleitorado acha que se foi longe de mais nos direitos das mulheres. Nos Estados Unidos, o Supremo Tribunal reverteu esse direito, havendo estados que impedem a realização do aborto. Existe contágio de políticas públicas nas democracias consolidadas e é natural que haja esse receio na Europa. Poderá, pela primeira vez, haver uma maioria de direita no Parlamento Europeu. Isso levará a um certo tipo de políticas, tanto do ponto de vista ambiental como de género.

ULISBOA Nestes 50 anos de democracia, o que destaca no comportamento eleitoral dos portugueses?

MCL No século XXI temos um comportamento eleitoral estável, que muda a partir de 2019. No seguimento da crise da zona euro, houve mudanças nos sistemas partidários pela Europa fora. Portugal era um dos países resistentes, na estabilidade do comportamento eleitoral e, consequentemente, do sistema partidário. Mas temos vindo a convergir com essas tendências europeias.

ULISBOA Resistimos muito ou as tendências chegaram tardiamente?

MCL Temos especificidades que fizeram com que as coisas não evoluíssem da mesma forma. O elevado nível de abstenção, desde os anos de 1990, fez com que não surgissem novos partidos de forma rápida. Deve-se a algumas características sociodemográficas do eleitorado, muito envelhecido, eventualmente menos atento à política do que noutros países. A abstenção funcionou como amortecedor

«Quando penso no caso português, penso sempre em perspetiva comparada, na forma como contrasta com outros países. Nunca estive à procura da especificidade do caso português, mas sim do grau de europeização de Portugal.»

«Os portugueses sempre tiveram uma visão instrumental da União Europeia. O pensamento é: “O que é que a UE nos pode dar?”, em vez de: “O que é que a UE deveria ser?”»

da mudança política. Com a crise da zona euro, partidos como o Bloco de Esquerda e PCP, com credenciais eurocéticas, puderam representar a insatisfação com a austeridade. Dos estudos eleitorais sabemos que as atitudes populistas estavam muito difundidas em Portugal, a diferença era na oferta partidária, que existia, mas sem lideranças credíveis. A entrada de André Ventura na Assembleia da República fez a diferença. Há também estudos que mostram a mudança drástica de atitude por parte dos órgãos de comunicação social a partir do momento em que estes partidos acedem à representação parlamentar. Passa de não haver cobertura, a haver um excesso que potencia a mensagem. Outro elemento muito importante prende-se com a questão das redes sociais e a forma como a comunicação, hoje em dia, funciona.

ULISBOA Muitas das questões que este partido fomenta podem ser consideradas anticonstitucionais. De que forma olha para isso?

MCL Quando o CHEGA aparece quer acabar com o Serviço Nacional de Saúde, com a educação pública, tem um discurso abertamente racista. Entretanto, tornou-se estatista, na saúde, na educação, nas pensões. Quer mais despesa sem olhar às formas de financiamento. Do ponto de vista da igualdade, de não ostracizar grupos sociais, foram travados pela justiça ou, pelo menos, houve uma tentativa de moderar o discurso. Não quer dizer que não continue lá, velado.

ULISBOA O eleitorado português está mais politizado?

MCL O eleitorado português já passou por várias fases de politização. Nesta fase está representada, na Assembleia da República, esta força partidária que não tinha voz. Há um alargamento da representação. Isso é positivo, desde que não leve a uma «liberalização» da democracia. Temos que preservar a democracia saudável, tendo o CHEGA como um partido importante. O desafio é perceber a dimensão que o CHEGA pode obter nos

próximos tempos. Caso se mantenha um partido minoritário da direita e o PSD se mantiver como principal, a democracia continuará a funcionar bem. Estudos demonstram que estes partidos se moderaram, mas também que há tentativas de constrangimento do poder judicial e da liberdade dos média. Isso aconteceu na Hungria e na Polónia. É difícil dizer se a entrada do CHEGA no governo seria um momento de moderação. É um risco muito grande e um desafio para a democracia portuguesa.

ULISBOA Falou na abstenção e na falta de «voz» de parte do eleitorado. Sabemos quem são os abstencionistas e por que razão se abstêm?

MCL Os abstencionistas não são sempre os mesmos. Há uma componente estrutural, composta por pessoas que se sentem distantes da política. Há ainda uma componente tática: na última eleição, eleitores insatisfeitos com o governo do PS mas não querendo votar noutro partido abstiveram-se; em 2015, quando termina o governo PAF (Portugal à Frente), a abstenção poderá ter vindo da direita. Em 2022, votaram no CHEGA, essencialmente, abstencionistas e eleitores que vieram do PSD.

ULISBOA A consciência política, ou a falta dela, contribui para o crescimento da abstenção e a descrença na democracia?

MCL Na semana passada foi publicado um inquérito que demonstrou que a larguíssima maioria dos portugueses, de esquerda e de direita, se revê no 25 de Abril. Tornou-se um acontecimento nacional, não divide os portugueses. Os portugueses estão satisfeitos com os resultados na saúde e na educação. Também estão satisfeitos com a democracia. Este é o «copo meio cheio». O «copo meio vazio» prende-se com a insatisfação com o funcionamento da democracia, com os partidos, com as elites políticas, com percepções elevadas de corrupção e insatisfação com os resultados alcançados no desenvolvimento económico e social. Estamos sempre a comparar-nos

com outros países europeus e sentimos que estamos aquém.

ULISBOA Ficou muito por fazer, nestes 50 anos?

MCL Depende dos indicadores: a mortalidade infantil desceu drasticamente; a longevidade dos portugueses aumentou; houve uma massificação da escolarização e a diminuição do analfabetismo. O estado social que foi possível alcançar dá garantias de uma qualidade de vida impensável há 50 anos. O ritmo de crescimento e convergência económicos tem sido mais lento do que se pensou ser possível. Nos últimos 20 anos houve menos convergência do que seria de desejar e isso faz parte da democracia.

ULISBOA Nas últimas campanhas eleitorais, assistimos a propaganda que revela desconhecimento sobre conceitos de ciência política e disseminação de informação falsa. De que modo tal influencia o eleitorado?

MCL Sempre houve propaganda na política. Propaganda é exagerarmos as cores da narrativa que queremos passar. Devemos desvalorizar a ideia de que agora se mente mais do que antes. O que acontece é que a mentira se tornou mais sofisticada. As notícias falsas publicadas e partilhadas nas redes sociais enganam muitas pessoas. Há realmente uma mudança de quem controla a informação mediática, uma vez que está muito disseminada e antes estava concentrada. Isso tem riscos. Nós filtramos toda a informação que recebemos. E filtramos com preconceitos. Ignoramos o que não é congruente com aquilo em que acreditamos e damos importância ao que reforça o que já pensamos. Os investigadores que estudam a importância das redes sociais não acham que sejam decisivas para os resultados eleitorais. Quando vão para as redes sociais, as pessoas vão reforçar aquilo em que acreditam, não vão mudar de ideias.

ULISBOA O eleitorado português tem conhecimento de como funciona o Parlamento Europeu e as políticas europeias?

MCL Não muito. Em 2019, dois terços dos portugueses não votaram nas eleições

europeias. Apesar disso, a Europa tornou-se um tema mais importante desde a crise na zona euro. Passámos a saber o que se passava na Grécia e na Irlanda, de que modo a situação de Portugal não era única. A pandemia também nos aproximou mais da União Europeia (UE), por ter existido uma estratégia única de vacinação. O mesmo com a guerra na Ucrânia, por se discutir a posição da UE. Os portugueses sempre tiveram uma visão instrumental da UE, incluindo os próprios partidos, no sentido de a tomarem como fonte de financiamento. O pensamento é: «O que é que a UE nos pode dar?», em vez de: «O que é a UE deveria ser?» Não temos uma postura questionadora da direção da UE.

ULISBOA Fala do Tratado de Maastricht como um ponto de viragem na política europeia, ideia presente no seu livro *The Impact of Politicisation of the EU on Voting Behaviour in Europe*.

MCL É a primeira vez que a UE se assume como entidade política, com objetivos de integração política e o propósito de criação de uma moeda única. A partir do momento em que existe uma moeda única, a política económica deixa de ser nacional e passa a supranacional. Isto leva a que alguns partidos se assumam como eurocéticos. Até Maastricht, não havia divisões, de modo geral, em relação à UE na política nacional. Maastricht integra setores que tocam no cerne das políticas dos governos nacionais. Sou europeísta e acho o projeto europeu das coisas mais inovadoras, do ponto de vista político, que já se fizeram nos últimos 50/70 anos. Mas tem riscos, porque a democracia é entendida de forma nacional pelos cidadãos. Quando os portugueses pensam na democracia, pensam na Assembleia da República, no Governo. Não nos podemos dar ao luxo de termos uma UE democrática em que os governos nacionais e os parlamentos nacionais estejam esvaziados de poderes. Isso é um grande risco para a insatisfação, para os populismos. No livro tento mostrar como

os cidadãos olham para os políticos nacionais. Quando os portugueses votam nas legislativas, também têm em consideração questões europeias: «Quem vai representar melhor os interesses de Portugal na Europa?» A legitimidade da UE é dual: pelas eleições nacionais e pelas europeias. Ao longo dos últimos anos, foi feito um caminho de grande protagonismo do Conselho Europeu. Quando pensamos nas crises europeias, pensamos na Comissão Europeia e em Angela Merkel, em Emmanuel Macron. Estes líderes vêm de onde? Da política nacional de cada país. O Tratado de Lisboa deu mais protagonismo à Comissão Europeia e ao Conselho Europeu. A minha preocupação é que haja um esvaziamento da política nacional em nome desta integração europeia.

ULISBOA O que mudaria no sistema eleitoral português?

MCL A possibilidade do voto preferencial. Em 2015, em 23 dos 27 países da União Europeia era possível o voto preferencial: os cidadãos escolhem o partido e indicam uma preferência relativa aos candidatos. Os partidos ordenam os candidatos e depois, em função dos votos preferenciais, os candidatos podem subir no *ranking* e ser eleitos em detrimento dos que estavam mais acima. Isto permite ao cidadão sentir-se mais próximo do deputado que o irá representar no parlamento. Atualmente, Portugal tem listas fechadas e bloqueadas em todos os círculos eleitorais, cada um com a sua dimensão e número de deputados. Em Lisboa, por exemplo, elegemos 47 deputados, mas não podemos escolher nenhum. A elite política tem medo de permitir o voto preferencial porque quer controlar quem são os candidatos em lugares «elegíveis». Perante a maturidade da cidadania democrática em Portugal e a evolução da sociedade portuguesa, seria mais do que justo permitir que se exprimissem preferências por candidatos, não apenas por partidos. E seria uma medida que não necessitaria de uma revisão constitucional. ♦



Castelinho, edifício principal da Escola de Farmácia, ca. 1955-58

Castelinho

A primeira casa de Farmácia e da Cidade Universitária

Entre todos os edifícios da Universidade de Lisboa há um que se destaca pela sua antiguidade e arquitetura peculiar. Trata-se do Castelinho, um pitoresco edifício do final do século XIX, com sugestões neogóticas, pertencente à Faculdade de Farmácia. Para se perceber a relação deste edifício com a Universidade e a razão de ser parte integrante da Faculdade de Farmácia, revisitemos a história das ciências farmacêuticas em Portugal e, em particular, na Universidade de Lisboa.

Em 1920, a comissão responsável pela edificação da Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa adquiriu a Quinta da Torrinha por 225 mil escudos, um vasto terreno à entrada do Campo Grande, pensado para as novas instalações de Farmácia e onde se projetava vir a estabelecer o Bairro Universitário.

A história do ensino das ciências farmacêuticas em Portugal começa a construir-se na primeira metade do século XIX, quando, em 1836, foram criadas as Escolas de Farmácia anexas à Faculdade de Medicina de Coimbra e às Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto. A formação concedida nestas três escolas estava de acordo com as necessidades da profissão. A transição gradual do boticário em farmacêutico e da Botica em Farmácia assim o exigiu. Nesta altura, existiam dois tipos de farmacêuticos: os de 1.ª classe e os de 2.ª classe. Os de 1.ª classe apenas estudavam nas Escolas de Farmácia; os de 2.ª classe, em muito maior número, faziam a sua formação prática numa Botica aberta ao público, seguida de um exame final realizado nas Escolas de Farmácia.

Este modelo de ensino manteve-se idêntico até 1902, altura em que o curso de farmácia, fruto das reformas de ensino de Hintze Ribeiro, passa a ser um curso superior. Hintze Ribeiro era, nesta época, presidente do Conselho de Ministros de Portugal pela segunda vez, cargo que lhe permitiu algumas reformas importantes como a criação do regime florestal e o

regime das farmácias. Com a constituição da Universidade de Lisboa, em março de 1911, a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa passa a designar-se Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, continuando a integrar a Escola de Farmácia. A reforma geral de ensino levada a cabo pela 1.ª República desencadeou alterações na estrutura curricular do curso de farmácia que foi alargado a oito semestres, conferindo o título de Farmacêutico-Químico. Esta reforma mostrou ser a primeira tentativa séria de aproximação das ciências farmacêuticas às novas disciplinas biológicas, em particular as que resultavam dos avanços na química fisiológica, na farmacologia experimental e na bacteriologia.

Em 1918, uma nova reforma veio determinar que o ensino de farmácia fosse ministrado nas Escolas Superiores de Farmácia das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, deixando de estar afetas às respetivas Faculdades de Medicina. As instituições ganham assim autonomia e a escola de Lisboa passa a denominar-se Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa. Já independente, continuou, contudo, a partilhar as instalações da Faculdade de Medicina, em situação precária e inadequada.



1. Farmácia galénica, laboratório de investigações, s.d.
© Biblioteca da Faculdade de Farmácia

2. Farmácia galénica, aula prática, s.d.
© Biblioteca da Faculdade de Farmácia

3. Judite Gonçalves e Raul de Carvalho no laboratório de criptogamia e fermentações da Escola de Farmácia, s.d.



Grupo de alunos no laboratório, ca. 1955-58

O Castelinho passou a ser a sede da Escola Superior de Farmácia, complementada pelo aproveitamento dos armazéns de alfaías agrícolas adaptados a laboratórios. Os quartos da antiga casa de habitação e todas as outras divisões foram transformados em salas de aula, laboratórios, secretaria e biblioteca.



Grupo de alunos e alguns professores de Farmácia na década de 1930

Era por isso urgente dar-lhe instalações próprias, definitivas e pedagogicamente apropriadas. Foi então autorizado um empréstimo de 500 mil escudos para a aquisição de um terreno, a construção de um novo edifício e a aquisição de equipamento escolar adequado.

Em 1920, a comissão responsável pela edificação da Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa adquiriu a Quinta da Torrinha por 225 mil escudos, um vasto terreno à entrada do Campo Grande, pensado para as novas instalações de Farmácia e onde se projetava vir a estabelecer o Bairro Universitário, incluindo os serviços centrais da Universidade de Lisboa e as Faculdades de Letras e Direito.

A Quinta da Torrinha era uma quinta agrícola oitocentista, época também do seu edifício residencial, hoje conhecido por Castelinho. Esta antiga casa de habitação mantém a arquitetura do seu último proprietário, Augusto de Albuquerque. Possui um estilo eclético, de planta retangular simples, com coberturas em terraço, formando um corpo torreado no topo, ornado por elementos de características militares, ainda que com mero caráter decorativo, como as ameias, merlões, guaritas e imponentes pilares que decoram os cunhais. As fachadas apresentam um tratamento simétrico, rasgadas por vãos em arco de volta perfeita no piso inferior e em arco apontado, com reminiscências góticas, no piso superior. A fachada principal ostenta alguns elementos de inspiração *art nouveau*, como os azulejos com um padrão vegetalista em tons de verde que a rematam. Os azulejos em torno da entrada principal retratam a cabeça de uma possível figura mitológica, a fazer lembrar Medusa, e duas figuras femininas com asas e patas de cavalo.

Depois de adquirido o terreno, foi concebido um projeto para as novas instalações da Escola Superior de Farmácia, elaborado pelo arquiteto Amílcar Pinto. A construção foi iniciada, mas viria a ser

embargada pela Câmara Municipal de Lisboa por invadir terrenos destinados ao prolongamento da Avenida 28 de Maio, atual Avenida das Forças Armadas. Antes mesmo de a obra ser embargada, já Rui Teles Palhinha, na altura diretor da Escola Superior de Farmácia, tinha encontrado uma solução: adaptar a casa de habitação da Quinta da Torrinha a um edifício escolar. Como as novas instalações de Farmácia nunca chegaram a ser concluídas, a solução de Rui Teles Palhinha acabou por se revelar definitiva. O Castelinho passou a ser a sede da Escola Superior de Farmácia durante os 50 anos seguintes, complementada pelo aproveitamento dos armazéns de alfaias agrícolas adaptados a laboratórios. Os quartos da antiga casa de habitação e todas as outras divisões foram transformados em salas de aula, laboratórios, secretaria e biblioteca.

Em 1921, pouco tempo depois de o Castelinho se estabelecer como casa-mãe de Farmácia, a escola passou a designar-se Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, permitindo agora a atribuição dos graus de licenciado e doutor, bem como o diploma de Farmacêutico-Químico. Este novo estatuto da Faculdade de Farmácia não viria, no entanto, a durar. Em 1932, a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa foi extinta e já antes, em 1928, havia sido extinta a de Coimbra, devido a restrições orçamentais determinadas pelo Estado Novo. Apenas a Faculdade do Porto continuou a administrar a licenciatura em Farmácia. O ensino de farmácia no Castelinho voltou assim, em certa medida, ao que era até ao início do século XX, uma condição que se prolongou por três décadas e meia.

A Escola Superior de Farmácia, ainda com sede no Castelinho, apenas regressou ao estatuto de Faculdade em 1968, uma decisão que também incluiu a Escola de Coimbra, restaurando nessas duas faculdades o curso de licenciatura em Farmácia, tal como existia na Faculdade

do Porto. O plano curricular na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa foi sofrendo algumas alterações depois disso, mas a mudança substancial acontece depois do 25 de Abril, em 1978, quando a licenciatura em farmácia passa a designar-se ciências farmacêuticas, com o objetivo claro de se afastar dos planos curriculares anteriores e de realçar o seu caráter científico. A licenciatura passa a ter cinco anos, complementada por um estágio de seis meses. No plano curricular, as alterações mais significativas compreenderam a introdução de cadeiras que fortaleceram o âmbito científico geral, como a matemática aplicada; a relação com as ciências biomédicas, como a anatomia humana, a fisiologia humana, a semiologia e patologia geral, a imunologia e a hematologia; e ainda a dimensão humanística e social, como a história da farmácia, a sociologia e a farmácia hospitalar.

Nesta altura da grande reforma do curso, o Castelinho já não era a sede de Farmácia, embora ainda fosse espaço complementar dos novos edifícios que foram sendo construídos. A Cidade Universitária foi crescendo e hoje compreende várias faculdades, instituições e outras estruturas. Abrange 10 das 18 escolas da ULisboa, a Reitoria, o Estádio Universitário, e a Cantina Velha, todos pertencentes à Universidade de Lisboa, e ainda o ISCTE, a Biblioteca Nacional de Portugal, a Torre do Tombo e o Museu da Cidade. É o maior *campus* de ensino superior do país que começou, curiosamente, numa casa de habitação de uma quinta agrícola, adquirida em 1920, há mais de 100 anos.

O Castelinho foi perdendo utilidade nas últimas décadas e está hoje fechado e inativo. Ficará para sempre, no entanto, ligado à história da Faculdade de Farmácia, da Cidade Universitária e da Universidade de Lisboa, uma memória que poderá ser avivada no futuro, no dia em que for encontrada a melhor solução para o seu uso e preservação. ♦



Grupos de alunos e professores junto ao Castelinho, s.d.
© Acervo pessoal de José Pedro Sousa Dias



«A melhor maneira de ligar a universidade à sociedade é através da gestão democrática das escolas.»

João Ferreira

Deputado ao Parlamento Europeu entre 2009 e 2021, candidato à Presidência da República e atual vereador do Partido Comunista Português na Câmara Municipal de Lisboa, João Ferreira é biólogo de formação pela Faculdade de Ciências. Estivemos no novo gabinete dos vereadores e conversámos sobre democracia na universidade e na vida. Houve tempo para aproveitar a varanda com vista para a Praça do Município.

Fotografia © Ana Luísa Valdeira

U LISBOA Licenciou-se em Biologia na Faculdade de Ciências. O que o levou a escolher esse curso?

JOÃO FERREIRA Entrei na Faculdade em 1996. A Biologia abarca todas as escalas de organização do mundo vivo, do ecossistema ao genoma. Consolidei, desde cedo, a ideia de que era para esse mundo que queria orientar o meu percurso, sem certeza dos caminhos a seguir. O curso tinha a enorme vantagem de ser extremamente flexível às escolhas que os alunos iam fazendo. Isso permitiu-me construir um percurso que englobava áreas muito diferentes, da Biologia Molecular à Ecologia. Acabo o curso sem resolver a escolha em aberto, mas muito mais seguro das escolhas que fui fazendo.

ULISBOA Desde a entrada na faculdade que se envolveu nos organismos associativos e de gestão. Como foi essa experiência?

JF Fui membro do Conselho Pedagógico, da Assembleia de Representantes e do Conselho Diretivo, enquanto representante dos estudantes. Era um tempo em que ainda existia uma gestão democrática das instituições de ensino superior, no espírito consagrado no 25 de Abril, de participação de todos os corpos: docentes, funcionários

não docentes e estudantes, em pé de igualdade. Houve uma rutura com esse modelo. A direção da Associação de Estudantes era composta por cerca de duas centenas de membros, havia um grande incentivo à participação. Tinha a conceção de que devia ser um espaço aberto para que todos os estudantes se pudessem envolver na vida da escola, e isto implicava poder participar na direção, mesmo entre períodos eleitorais.

ULISBOA Era uma direção coletiva?

JF Havia uma organização, o que não havia era uma hierarquia, como a que estamos habituados a ver. Funcionava de um modo singular. Da realidade que fui conhecendo de diferentes escolas, não só em Lisboa, é difícil encontrar um exemplo em que houvesse um tão significativo papel dos estudantes na vida da escola como acontecia naquele tempo. Isso permitiu-me uma enorme aprendizagem.

ULISBOA Foi aí que começou a sua intervenção política?

JF Tive alguma intervenção antes, no ensino secundário. Os anos na Faculdade de Ciências foram aqueles em que mais aprendi do ponto de vista da intervenção cívica e política. Compreendi o enorme potencial transformador que a ação coletiva organizada pode ter. Compreendi,

como nunca até aí, o sentido da camaradagem, o que tem de mais bonito, o que pode conter, a possibilidade que tem de nos abrir outra perspectiva sobre a vida e sobre o mundo – o próprio sentido da palavra «camarada». Tínhamos disposições no plano pedagógico que resultaram de contributos dos estudantes. Foi um período marcado por lutas estudantis, pela segunda vaga da luta contra as propinas. A essa contestação estava associada a defesa viva da função social do ensino superior, a que a Revolução de Abril consagrou e ficou inscrita na Constituição. É particularmente interessante falar disto nos 50 anos da Revolução. O que defendíamos continua vivo na luta dos estudantes por uma universidade genuinamente democrática e democratizada. O 25 de Abril abriu as portas da universidade a gente desde sempre excluída, mas nunca houve uma verdadeira democratização. Houve uma massificação que correspondeu a uma certa forma de democratização, mas nunca foi plena. Não está apenas relacionado com as condições de acesso e frequência, mas sim com aquilo que a sociedade espera de uma universidade. Foi o tempo em que começou a vingar uma retórica e uma prática neoliberais de orientação das universidades não para responder a necessidades sociais, mas a

um mercado de trabalho. Há um caminho de viragem que decorre até hoje. Temos esta realidade onde empresas patrocinam cursos, instituições, instalações, de uma penetração do poder económico na vida da universidade, na sua gestão quotidiana, afastando-se daquela que era a visão que ainda hoje prevalece na nossa Constituição da República.

ULISBOA Referiu uma rutura na gestão democrática da universidade. Quando aconteceu?

JF Houve vários momentos. O RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) é incontornável. A visão lá plasmada começou a ser preparada com anos de antecedência. Mesmo quando tínhamos, formalmente, a gestão democrática das escolas consagrada em lei, foi preciso defendê-la, porque começou a ser posta em causa. Como os direitos se defendem exercendo-os, o papel dos estudantes nos órgãos de gestão, a simples presença e participação ativa, era uma forma de defender essa gestão democrática. É mais fácil destruir uma coisa que não funciona do que uma que funciona. Havia um sentido de urgência, por parte dos estudantes, em demonstrar que esta gestão democrática funcionava. Houve processos de eleição de reitores que tiveram uma discussão e um envolvimen-

to que nunca mais voltaram a acontecer com tal amplitude. Dessa discussão participaram professores, funcionários e estudantes. O RJIES foi uma machadada na gestão democrática das escolas. Hoje temos representantes do poder económico com um papel determinante na gestão quotidiana da universidade e na sua visão estratégica. Isto começa com a ideia, em termos genéricos bondosa, de que precisamos de ligar a universidade à sociedade. A melhor maneira de o fazer é através da gestão democrática das escolas. A universidade, tal como a sociedade, é feita de professores, funcionários e estudantes das mais diversas origens e composições sociais. Em nome desta suposta ligação à sociedade foram-se introduzindo supostos representantes que correspondem a franjas muito pequenas da sociedade, ainda que possam ser muito poderosas e vocais. Houve enormes retrocessos.

ULISBOA Esteve na origem da fundação e na direção da ABIC [Associação dos Bolseiros de Investigação Científica]. Que situações o levaram a tal?

JF Tive a minha primeira bolsa de investigação no último ano do curso, no ano 2000. Ao longo da década de 1990 houve mobilização de recursos, oriundos de fundos europeus, para a formação avançada de recursos humanos, ou seja,

«Compreendi, na universidade, o enorme potencial transformador que a ação coletiva organizada pode ter. Compreendi, como nunca até aí, o sentido da camaradagem, o que tem de mais bonito, o que pode conter, a possibilidade que tem de nos abrir outra perspectiva sobre a vida e sobre o mundo – o próprio sentido da palavra “camarada”.»

«Os bolsseiros não tinham formalmente direito a férias, não obstante tudo os aproximar de qualquer outro trabalhador. Foi a percepção dessa realidade que nos levou a exigir o reconhecimento de um conjunto de direitos que os bolsseiros não tinham. Era uma luta pelo reconhecimento da sua condição de trabalhador.»

para possibilitar que mais gente obtivesse os graus de mestrado e doutoramento. Cedo se percebeu que esse expediente servia para financiar um conjunto de necessidades de mão de obra no sistema científico e tecnológico nacional, quer nas universidades, quer nos laboratórios de Estado. Para além das bolsas de mestrado e doutoramento, bolsas de iniciação à investigação científica, as bolsas de investigação científica, as bolsas técnicas de investigação científica, as bolsas de pós-doutoramento. Houve uma explosão de situações em que trabalhadores na área da ciência passam a ter um enquadramento precário via bolsa. Em 2003 houve a Plataforma de Bolsseiros de Investigação Científica, algo informal; a ABIC correspondeu a uma formalização desse trabalho prévio. Realizaram-se reuniões para discutir a condição de bolsseiro, compreender melhor a realidade destes milhares de pessoas, quantos eram, o que faziam, os problemas em comum: a ausência de relação com a segurança social, de apoios como o subsídio de desemprego, assistência na doença, licenças de parentalidade. Os bolsseiros não tinham formalmente direito a férias. A percepção dessa realidade levou-nos a exigir o reconhecimento de um conjunto de direitos que os bolsseiros não tinham. Era uma luta pelo reconhecimento da sua condição de

trabalhador. Mesmo aqueles com uma bolsa para obter um grau académico são e devem ser considerados trabalhadores. Uma formação ao nível de doutoramento não é idêntica a uma formação ao nível de licenciatura, faz-se com o próprio trabalho. Usávamos o paralelo com o internato na medicina: os colegas de medicina tiravam o curso, iniciavam o internato e ninguém se lembrava de os pôr a bolsas, sem um salário ou segurança social. Queríamos o mesmo.

ULISBOA Foi bolsseiro de investigação científica, bolsseiro de doutoramento, e técnico superior na sua área de estudo, nomeadamente nas questões ligadas ao ambiente e ao ordenamento do território. A sua formação está presente no seu trabalho como deputado e vereador?

JF Depois de terminar o curso, trabalhei durante uma década em Biologia, em áreas diferentes. Há toda uma preparação que nos apetrecha a lidar com situações muito diversas para lá do domínio estrito do conhecimento em que tivemos essa formação. O cientista olha para a vida a partir de um método que, tanto quanto possível, se aproxima do científico e projeta essas aprendizagens mais gerais nos desafios que tem de enfrentar no seu quotidiano, por mais diversificados que sejam. Esse esforço analítico da realidade e um método na intervenção da realidade são coisas

indissociáveis de aprendizagens que fazemos durante o nosso curso.

ULISBOA Foi deputado europeu de 2009 a 2021. De que forma as decisões tomadas no Parlamento Europeu afetam as nossas vidas, incluindo o setor da educação?

JF Existe legislação da União Europeia que condiciona profundamente a gestão orçamental do Estado. Antes de o Orçamento do Estado ser aprovado na Assembleia da República, o projeto é analisado por instituições da União Europeia que sobre ele emitem concordância ou discordância. Da discordância podem resultar orientações corretivas, designadas «recomendações específicas por país», cujo não acatamento pode implicar sanções. Nas últimas recomendações encontramos a redução da despesa primária do Estado, particularizando setores como o da saúde, e a redução dos custos salariais na administração pública. O Pacto de Estabilidade e Crescimento foi a justificação para a diminuição da despesa em áreas que correspondem às funções sociais do Estado – saúde, educação, habitação, transportes. A gestão financeira do Estado encontra-se sob o escrutínio de instituições que, como no caso da Comissão Europeia, não são eleitas, sobre as quais os portugueses não têm qualquer controlo democrático, mas que, não obstante, têm nas mãos aspetos essenciais da sua vida. ♦



Margarida Gil

Cineasta portuguesa, Margarida Gil é licenciada em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Encontrámo-la no seu espaço de trabalho, uma sala térrea e luminosa, pejada de objetos de cerâmica e de imagens de cinema – «fotografias de companhia», como lhes chama –, cujas portas-janelas dão para um jardim recôndito no centro de Lisboa.

Fotografias © José Bértolo

ULISBOA No seu filme mais recente, *Mãos no Fogo*, regressa a casa, em especial à cozinha da sua primeira longa-metragem, *Relação Fiel e Verdadeira*. É o fechar de um ciclo?

MARGARIDA GIL Não é a mesma cozinha. No primeiro filme, filmei em várias casas; na casa do Outeiro, filmei só um bocadinho da biblioteca. A cozinha era a da casa do Crasto. Mas são casas parecidas, têm o mesmo espírito. Não sei se se trata do fechar de um ciclo. Acho que é mais voltar ao local do crime. Mas não foi doloroso. Foi deliberado. Estava à procura de uma casa no Douro, mas o turismo no Douro é um turismo rico, que tornou as casas incaracterísticas, de revista: boas para se estar, mas não para filmar. Esta casa, porém, é extraordinária: há 400 anos que continua nas mãos da mesma família, nunca é arrendada, e nota-se que o espírito se mantém. É uma casa que fala, que respira. Senti que era a casa.

ULISBOA Na descrição de *Mãos no Fogo*, declara: «Desde a minha primeira longa-metragem, tenho lidado com as complexas relações amorosas que se confundem com complexas relações de poder.» Onde entra aí o Mal?

MG O Mal está na crueldade, por um lado, e na própria relação de poder e de abuso. Por outro lado, uma relação amorosa pode ser constituída por amor e ódio, amor e sujeição, sobretudo neste filme, livremente inspirado numa novela de Henry James [*The Turn of the Screw*]. Tudo isso anda à volta do Mal: onde está, quem o vê, ele existe? Está nos olhos de quem o vê ou é objetivo? Não é exatamente o Mal da relação de poder em *Relação Fiel e Verdadeira*, ou em *Paixão*. Este último, no fundo, é sobre a mesma matéria: relações que se degradam, que se transformam em relações de sujeição, de crueldade e de poder.

ULISBOA Em *Relação Fiel e Verdadeira*, logo no início, a personagem Brás parece a encarnação do Mal.

MG Mas é também a vítima. É infantilizado. Naquela cena do barco, ela embala-o. Vê-se que há uma relação de dependência: ela protege-o e depende dele. Essa interdependência transforma-

-se facilmente em sadomasoquismo. Sempre me interessou, nas relações amorosas, o equilíbrio delicado entre a interdependência e o exacerbar dos sentimentos, a violência na paixão. Tento levar ao extremo situações para especular, escarpelizar, mostrar.

ULISBOA Alguns filmes parecem ter protagonistas femininas aristocratas ou com um certo privilégio social e cultural. Revê-se nessa descrição?

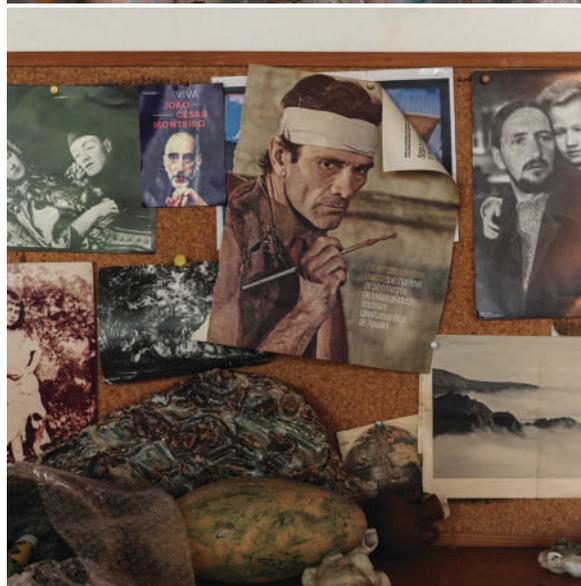
MG Nunca tinha pensado nisso. É verdade. E são personagens quase sempre fortes, no sentido convencional do termo. Mulheres que, à partida, têm uma posição de poder em relação ao contexto. Os homens são muito mais frágeis. Acho que isso corresponde à situação sociológica da nossa cultura. Por outro lado, acredito mesmo que existe uma grande força inerente à condição da mulher. Esse poder, quando é exercido como o fez [Margaret] Thatcher, pode assumir uma forma extremamente nociva, deletéria, machista. Interessa-me o amor fusional, a mulher ativa, poderosa, que se envolve e vai perdendo os seus instrumentos de poder para se fundir com a pessoa por quem vive uma paixão. Quem é quem? Quem está prisioneiro de quem?

ULISBOA Por outro lado, as mulheres também se encontram numa espécie de limbo, não estão vivas nem mortas (como o bebé que fica «roxinho» do primeiro filme). Essa condição também é para si interessante?

MG Sim. E acho que é a condição do próprio cinema. Parte-se para um filme como se de repente se tivesse criado um hiato, um limbo entre o presente e o futuro. Acho que essa espécie de intervalo entre o passado que foi negativo, traumatizante, e o resto que pressentimos que é violento, é começo dos filmes e do cinema.

ULISBOA Veio para Lisboa estudar com 18 anos, em 1968. Como era a cidade?

MG Era uma cidade do antigamente, em que as pessoas eram tristes, bisonhas, submissas e, umas quantas, poderosas. Fui trabalhar para uma secção de funcionalismo público, e tudo aquilo era terrivelmente antigo. Depois, na RTP, foi um pouco a mesma coisa.



Detalhes do atelier de Margarida Gil

«Lisboa era a cidade onde se podia ver filmes e pintura, a cidade dos cafés, da Avenida de Roma, de poder vestir coisas da Ana Salazar, cortar o cabelo muito curto e andar de boné. À minha maneira, estava a imitar filmes que tinha visto.»

O mundo institucional das grandes empresas foi sempre hierarquicamente marcado: a pessoa que manda e exerce o seu pequeno poder. Senti logo isso. Mas era também a cidade onde se podia ver filmes e pintura, a cidade dos cafés, da Avenida de Roma, de poder vestir coisas da Ana Salazar, cortar o cabelo muito curto e andar de boné. À minha maneira, estava a imitar filmes que tinha visto. Senti que tinha dado um salto e que estava a crescer para outra coisa.

ULISBOA Tinha 23 anos, quase 24, quando se deu o 25 de Abril. Como viveu esse período?

MG Foi o período mais feliz da minha vida. Por acaso, espantosamente, tinha-me despedido antes. Parece que estava à espera... [Risos] Percebi que até podia seguir uma carreira académica, se quisesse. Apanhei aquele ambiente trepidante, concertos do Zeca Afonso em que fugíamos dos gorilas... Passei a vida a correr na Alameda, a ir aos plenários. Quando se deu o 25 de Abril, eu já namorava com o João César [Monteiro], ia à Cinemateca. Foi o período de descoberta dos filmes, do [Friedrich Wilhelm] Murnau, e da literatura alemã, de que era uma apaixonada: [Friedrich] Hölderlin. Andava sempre na rua com esse universo romântico que conhecia dos filmes e do que lia. Acho que andei sempre exaltada, uns centímetros acima do chão. Ia ao café Monte Carlo praticamente todas as tardes. Era um café extraordinário. O Londres também. Eu estudava no Londres. Aquilo era mesmo propício a uma certa vida interior. No Monte Carlo, de um lado estavam os surrealistas, do outro, os neorealistas, de outro ainda, os abjecionistas. Eu frequentava, com o João César, a mesa dos poetas, do Carlos de Oliveira, do Herberto [Helder]. Depois, porque a extrema direita também lá ia e fazia ameaças, passámos para o Toni dos Bifes, e às vezes para a casa do Carlos de Oliveira. Penso que aprendi mais aí, com eles, do que na própria faculdade. Eu era uma autêntica esponja. E sabia que estava numa situação de privilégio. Tive uma sorte...

ULISBOA O que a fez escolher Filologia Germânica e o que pensava fazer com esse curso?

MG Nada, não fazia ideia nenhuma. Tenho bom ouvido e tinha jeito para línguas. O meu pai trabalhava nos têxteis, que foram à falência naquela altura, e tivemos todos de ir trabalhar. Eu tinha de ir para um curso com aulas a partir das seis da tarde. Devia ter ido para Belas-Artes, porque era disso que gostava, mas Belas-Artes não tinha essa opção. No primeiro ano de filologia não fiz praticamente nada. Para mim, aquilo era insatisfatório. Claro que havia cadeiras de que gostava, os ingleses, Shakespeare, e aprendia-se sobretudo uma forma de pensar e de estruturar o conhecimento. Com aquela sorte grande que tive sempre, comecei a trabalhar na televisão ainda não tinha acabado o curso. Antes disso fui bater à porta das rádios, a dizer que gostava muito de música, e fiz um programa de rádio, bastante bem pago. Foi tudo muito aventureiro. Na RTP fui para um departamento onde se faziam documentários e ao lado havia uma zona de cinema, com um laboratório, onde se

trabalhava com película. Eu era uma miúda sem respeito nenhum pelas regras e pelo universo da televisão, de maneira que fazia o que bem queria. Tinha carta branca total. Não havia ninguém que me dissesse que alguma coisa não podia ir para o ar ou que me pedisse para mostrar o que tinha feito. É muito difícil explicar isto hoje. Foi naquele período, e durou pouco tempo. Fiz documentários sobre o que estava a acontecer – a ocupação da clínica, a criação do primeiro sindicato –, registando um universo, um regime, uma sociedade em mudança, mas já com um olhar muito cinematográfico. Vejo ali a vontade de uma miúda que vê cinema. Há um cuidado, uma ideia de montagem. Estava a apalpar terreno. Não sabia o que ia fazer depois. Não havia tempo para pensar.

ULISBOA É desses anos que data a amizade com Maria Velho da Costa?

MG É. Ela começou por ser a pessoa que ajudou a fazer *Que Farei Eu com Esta Espada?* Fizemos uma espécie de triangulação na vida, ela, eu e o João César. Passámos os três a ser muitos próximos. A Fátima [Maria de Fátima de Bivar Velho da Costa] era uma pessoa com uma cultura e uma generosidade, uma afetividade... E tinha uma capacidade reflexiva que o João, por ser sempre diferente, e eu, por ser uma miúda, e apaixonada, não tínhamos. Era uma relação diária, muito estimulante. Numa altura em que estive doente, a Fátima apareceu-me com o manuscrito original de *Casas Pardas*. Foi um acontecimento, porque sabia que aquilo era mesmo um privilégio. Fui, se não a primeira, das primeiras pessoas a tê-lo nas mãos: era um *dossier*, com as folhas datilografadas e emendadas. Foi uma espécie de iniciação, uma entrada na vida adulta.

ULISBOA É possível fazer bons filmes sem boas palavras?

MG É possível fazer filmes sem palavra nenhuma. A maior parte dos diálogos dos filmes são profundamente desinteressantes e banais. Se não estamos a ganhar nada a ver um filme, para quê fazê-lo? Dá tanto trabalho! Imitar a banalidade não me interessa mesmo nada. Sou muito sensível à música das palavras, aos sotaques, à ironia, ao duplo sentido. Fiz um programa, mau como as cobras, chamado *Ao Vivo*, o primeiro programa cultural da RTP2. O título já era uma ironia. Diverti-me imenso! Os apresentadores eram o Fernando Assis Pacheco e o Eduardo Prado Coelho – era esse o nível. A minha falta de educação, de respeito, era tal que, da *régie*, mandava dizer coisas. Com o António Lobo Antunes – eu achava-o muito pavão –, mandei pôr uma espécie de animação de um leão a abrir a boca. Coisas que eram para mim chavões, palavras com que embirrava, mandava passar uma vassoura e a palavra era varrida. Foi um grande amigo que fez esses pequenos *sketches*, o Nuno Amorim. Nunca ninguém me disse: «Não será de mais?» Deviam ter dito! [*Risos*] Era uma época de se lhe tirar o chapéu.

ULISBOA No filme *Mar*, cita diretamente João César Monteiro: o nome da embarcação onde as personagens viajam, *À Flor do Mar*, é também o título de um dos filmes do realizador, com quem partilhou o trabalho e a vida. Como foi esta convivência artística?

MG Fiz a planificação do meu primeiro filme com ele. Foi um exercício fundamental para mim. De repente, percebi o cinema por dentro. Lembro-me de estarmos em casa dos meus pais, a minha mãe a dar comida ao meu filho, muito pequenito, e nós na sala, com objetos, a fazer a planificação. E eu a perceber, a absorver, o que era, na cabeça do João, a transformação daquele universo literário numa linguagem cinematográfica. Graças a ele, abriu-se-me um mundo. Esse é que foi o grande contributo direto. Em relação ao resto, vivemos uma vida em comum, tínhamos uma sensibilidade muito parecida, era natural que eu afetasse o mundo dele e ele o meu. Quando vejo os filmes dele, há certas coisas que não sei se são dele ou minhas. Há expressões dele que vêm do meu pai. As pessoas só citam as minhas influências, mas nem sonham a quantidade de citações minhas que ele faz que só eu sei.

ULISBOA A nossa primeira geografia, o sítio de onde vimos, define-nos?

MG MUITÍSSIMO. Uma vez, estava eu no Pico, a filmar o *Adriana*, e uma amiga liga-me. Digo-lhe que estou no Pico e ela pergunta-me porquê. Respondo: «Deve ser por ser parecido com a Serra da Estrela.» Dou comigo em zonas que são difíceis fisicamente, rudes. A Serra da Estrela está sempre em tudo, aliás, basta ver a minha cerâmica. Está nos meus gostos, na forma austera de enquadrar, de usar o espaço. Não sei se me define, mas tem de estar em mim.

ULISBOA Como surgiu a cerâmica na sua vida?

MG Fiz cerâmica em miúda, ainda na Covilhã. Uma professora de filosofia pôs-me barro nas mãos e eu percebi a facilidade que tinha. Já na altura desenhava. Percebia-se perfeitamente que eu era boa era nisso. Em Lisboa também fiz coisas em barro. Depois parei, até de desenhar. Retomei mais tarde, quando parei de dar aulas, quando deixei a televisão, e fui para o Ar.Co [Centro de Arte e Comunicação Visual].

ULISBOA Quais as condições para se fazer cinema em Portugal hoje?

MG Muito difíceis. As pessoas têm ideia de que é um privilégio. E é! Mas pensam que é fácil e que se ganha muito dinheiro. Montei uma pequena produtora, com a qual fiz duas curtas-metragens. Ter uma produtora própria dá muita liberdade, mas é um trabalho e uma responsabilidade que não quero ter numa longa-metragem. Em Portugal, o realizador tem uma ideia, submete-a a um júri, demora imenso tempo a saber se tem ou não financiamento. Se tiver, entrega o filme a um produtor e nunca se sabe como será essa relação. É muito frustrante. Não me posso queixar muito, porque os meus filmes até têm ido a festivais e sido premiados, mas depois cá morre tudo. Ser mulher também não é fácil. Há um paternalismo enorme. Estão sempre a comparar-me com o João César ou com o Manoel de Oliveira. Estão sempre a arranjar-me padrinhos. É minorizar, à sua maneira. A maior parte de nós faz um filme de cinco em cinco anos. É duro, é preciso uma grande persistência e capacidade de travessia de deserto. ♦



JOSÉ DA SILVA HORTA LÊ

ATLAS DO COMÉRCIO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS

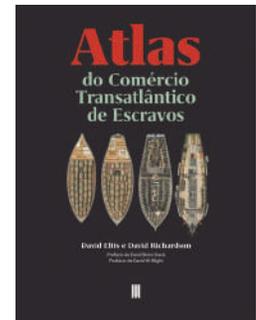
A escravatura e o tráfico de escravizados são dois objetos diferentes da história, embora ligados no contexto do tráfico transatlântico, um dos muitos contextos em que ocorreu o comércio de seres humanos na época moderna. A questão pertinente não é se houve ou não tráfico de escravos em África anteriormente. O tráfico transatlântico não é apenas mais um caso de tráfico de escravos entre outros. Por que tem tanto impacto?

A resposta a esta pergunta pode ser encontrada na *Atlas do Comércio Transatlântico de Escravos*, da autoria de David Eltis e David Richardson, publicado em tradução portuguesa com a chancela da Imprensa da Universidade de Lisboa. O atlas evidencia com números e mapas precisos o papel dos africanos na construção do Atlântico e das Américas coloniais: uma diáspora forçada de milhões de pessoas, com enorme impacto demográfico na proporção entre os sexos e consequências sociais, económicas e culturais, tanto para as regiões africanas como para os territórios coloniais de destino. Esta deslocação de seres humanos escravizados não é uma novidade da história da humanidade, nem especificamente na história de África; trata-se, porém, de um período relativamente curto, pouco mais de quatro séculos, para um fluxo muito intenso de pessoas, se o compararmos com a duração plurissecular em que se diluem o tráfico de escravos transatlântico ou da África Oriental. Esta junção de tempo e espaço fez dele uma experiência mais traumática e disruptiva para as sociedades de origem e marcou profundamente a vivência dos escravizados nas sociedades das diásporas.

No universo bibliográfico prolífico do estudo do tráfico de africanos escravizados, o *Atlas* ocupa um lugar ímpar. A *Voyages: The Transatlantic Slave Trade Database*, em acesso aberto no sítio web «Slave Voyages», de que resultaram estes mapas, tornou-se um novo tipo de fonte primária para incontáveis pesquisas. A base de dados é um trabalho em curso. Não obstante, a imagem geral que obtemos com este atlas, inicialmente publicado em 2010, continua a fazer jus aos dados de que a equipa do «Voyages» hoje dispõe.

A publicação deste atlas significa que a Universidade de Lisboa está atenta a questões candentes no domínio da história pública. Entre elas, o impacto atual das memórias da escravatura e do tráfico de escravizados e a discussão das suas consequências para a subalternidade a longo prazo dos descendentes das antigas e atuais diásporas. Este é um livro que, nesta negociação entre as reivindicações do presente e a representação do passado, nos diz respeito a todos. Um livro que, com a frieza dos números e a visualização do fluxo de pessoas, nos interpela e transporta para a experiência da escravatura. Se não estou certo de que o estudo da história deva julgar o passado, não tenho dúvidas de que a história, através dos historiadores, deve julgar ou pelo menos reavaliar a memória que construímos sobre o passado pátrio. É necessário irrigar a nossa memória com uma visão que dê lugar à perspectiva dos seus diferentes atores. A publicação deste atlas em português pode contribuir para essa reavaliação. ♦

**IMPRESA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA**



ATLAS DO COMÉRCIO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS

**David Eltis e
David Richardson**

Tradução: Helder Guégués

ISBN: 978-989-8928-70-2

Novembro de 2023

PVP: 39,90 €

336 páginas



IMPRESA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

